Sumário Executivo Paulista
Resumos Técnicos

Ensino Médio | 2021

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador
João Doria

Secretário da Educação
Rossieli Soares da Silva

Secretário Executivo
Haroldo Corrêa Rocha

Chefe de Gabinete
Renilda Peres de Lima

Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE

Presidente
Nourival Pantano Junior

Chefe de Gabinete
Ana Claudia Marino Bellotti

Diretor Administrativo e Financeiro
Alexandre Artur Perroni

Diretor de Obras e Serviços
Marcio Ribeiro Gaban

Diretor de Tecnologia da Informação
Marcus Sergius da Silva Teixeira

Diretor de Projetos Especiais
Romero Portella Raposo Filho

Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Av. São Luís, 99 – República – 01046-001 – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3158-4000 – www.fde.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO PAULISTA
RESUMOS TÉCNICOS

ENSINO MÉDIO

São Paulo, 2021

SUMÁRIO

ENSINO MÉDIO 7

MATRÍCULA POR LOCALIZAÇÃO *19*

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE *22*

MATRÍCULA POR SEXO E COR OU RAÇA *24*

SEXO E COR OU RAÇA: DIFERENCIAÇÕES NO CONTEXTO DA MATRÍCULA *27*

DESAGREGAÇÃO POR SEXO *31*

MATRÍCULA EM TEMPO INTEGRAL *32*

OUTROS DESDOBRAMENTOS *36*

ENSINO MÉDIO

O Resumo Técnico do Ensino Médio, que integra o Sumário Executivo Paulista, consolida o quantitativo das matrículas e estatísticas de cunho demográfico e socioeducacionais que melhor possam caracterizar o panorama desse nível de ensino no estado de São Paulo.

Em 2019, foram registradas no cômputo geral 1.551.906 matrículas no ensino médio. Esse número é 16,2% inferior ao contabilizado em 2015, quando alcançou 1.850.964 registros, conforme destacado na tabela 1.

Essa redução foi um pouco mais elevada: menos 18,3% quando delimitamos a análise ao atendimento no ensino médio não integrado à educação profissional, que responde, majoritariamente, em média por mais de 95,0% da oferta, tendo em vista que a matrícula no curso tradicional – não integrado – apresentou em números absolutos, nos últimos cinco anos, uma queda mais significativa: 328.301 registros.

Observou-se o inverso em relação ao ensino médio integrado, que registrou um acréscimo percentualmente expressivo: 51,2%, uma evolução positiva superior a 29 mil matrículas no período analisado, ainda que, proporcionalmente, tenha uma representatividade restrita, evoluindo de 3,1 % em 2015 para 5,6% em 2019 (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1: Estado de São Paulo
Matrícula no Ensino Médio
2015-2019

Ano	Total	Médio *	Médio Integrado
2015	1.850.964	1.793.852	57.112
2016	1.885.281	1.817.587	67.694
2017	1.802.429	1.727.560	74.869
2018	1.640.170	1.557.565	82.605
2019	1.551.906	1.465.551	86.355
Variação 2019/2015			
nº	-299.058	-328.301	29.243
%	-16,2	-18,3	51,2

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.
Nota: Ensino Médio propedêutico (não integrado)

Tabela 2: Estado de São Paulo
Taxa de Participação da Matrícula no Ensino Médio
2015-2019

Ano	Médio não Integrado	Médio Integrado
2015	96,9	3,1
2016	96,4	3,6
2017	95,8	4,2
2018	95,0	5,0
2019	94,4	5,6

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Considerando o total de matrículas desse nível de ensino, a análise comparativa por rede de ensino evidencia, entre 2015 e 2019, um decréscimo expressivo na rede estadual, superior a 280 mil matrículas: percentualmente, um recuo de 18,2%. Na rede municipal, essa queda foi de 5,8% (1.326 matrículas) e na rede particular a retração foi de 8,6%, uma queda superior a 24 mil matrículas.

Das três esferas públicas apenas a rede federal teve um incremento positivo: crescimento de 6.800 matrículas, o que, percentualmente, correspondeu a um acréscimo expressivo 193,5%. Entretanto, com efeito limitado em razão da pequena expressão numérica, resultado de uma participação muito restrita na oferta, pois evoluiu de 0,2% em 2015 para 0,7% em 2019.

Tabela 3: Estado de São Paulo
Matrícula no Ensino Médio por Rede de Ensino
2015-2019

Rede de Ensino	Ano					Variação 2019/2015	
	2015	2016	2017	2018	2019	nº	%
Estadual	1.541.964	1.578.785	1.507.033	1.353.755	1.261.668	-280.296	-18,2
Municipal	22.683	22.514	21.828	20.856	21.357	-1.326	-5,8
Federal	3.514	4.529	6.229	8.564	10.314	6.800	193,5
Pública	1.568.161	1.605.828	1.535.090	1.383.175	1.293.339	-274.822	-17,5
Particular	282.803	279.453	267.339	256.995	258.567	-24.236	-8,6
Total	1.850.964	1.885.281	1.802.429	1.640.170	1.551.906	-299.058	-16,2

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

No acumulado dos últimos cinco anos, a rede pública apresentou um decréscimo de 17,5%, correspondendo a uma redução de 274 mil matrículas e, no

cálculo geral, incluindo-se o recuo observado na rede particular, a retração das matrículas no período foi ainda maior, pouco mais de 299 mil registros.

A variação do percentual de participação relativa na matrícula no ensino médio por rede de ensino pode ser observada na tabela a seguir.

Tabela 4: Estado de São Paulo
Taxa de participação da matrícula no Ensino Médio por Rede de Ensino
2015-2019

Rede de Ensino	Ano					Variação
	2015	2016	2017	2018	2019	2019/2015
Estadual	83,3	83,7	83,6	82,5	81,3	-2,0
Municipal	1,2	1,2	1,2	1,3	1,4	0,2
Federal	0,2	0,2	0,3	0,5	0,7	0,5
Pública	84,7	85,2	85,2	84,3	83,3	-1,4
Particular	15,3	14,8	14,8	15,7	16,7	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Entre 2015 e 2019, a rede estadual apresentou uma pequena redução na participação relativa de 2,0 pp, passando de 83,3% em 2015 para 81,3% em 2019, mantendo a posição majoritária como a grande provedora desse nível de ensino, sendo seguida pela rede particular, cuja taxa de participação evoluiu de 15,3% para 16,7%, uma variação de 1,4 pp.

Embora não seja atribuição da municipalidade a oferta do ensino médio, em 2019, vinte e uma localidades mantinham, em sua rede, escolas ofertando o ensino médio. É interessante observar que, em termos de participação relativa, houve pequeno aumento, registrando-se variação positiva de 0,2 pp, e uma pequena evolução positiva quanto à participação no atendimento: 1,2% em 2015 e 1,4% em 2019.

Quando o foco de atenção é o ensino médio integrado à educação profissional, com efeito, os dados indicam uma sinalização positiva em relação ao crescimento, o que requer o desdobramento dessa informação, distinguindo-se os principais mantenedores – requisito importante para melhor contextualizar e compreender o seu alcance.

Tabela 5: Estado de São Paulo
Matrícula no Ensino Médio integrado à Educação Profissional por Rede de Ensino
2015-2019

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2015	56.751	3.350	37.100	7.527	8.774
2016	67.058	4.529	47.352	7.664	7.513
2017	74.348	6.229	54.377	7.518	6.224
2018	82.213	8.491	60.400	7.403	5.919
2019	86.023	10.314	64.137	7.411	4.161
Variação 2019/2015					
nº	29.272	6.964	27.037	-116	-4.613
%	51,6	207,9	72,9	-1,5	-52,6

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Conforme demonstrado na tabela 5, o número de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional apresentou uma expansão importante de 51,6%, no entanto limitado quando expresso em números absolutos, pois significa menos de 30 mil matrículas.

O maior responsável por esse crescimento foi a rede estadual que, nos últimos cinco anos, expandiu esse atendimento em pouco mais de 27 mil matrículas (72,9%), seguida pela rede federal, que quase triplicou o número de matrículas nos cursos integrados, passando de 3.350 em 2015 para 10.314 em 2019.

Tanto na rede particular como na municipal, constatou-se uma retração das matrículas no ensino médio integrado, com um recuo maior no setor privado que restringiu a oferta em 52,6% (menos 4.613 matrículas) e irrelevante no caso da rede municipal – menos 116 registros o que corresponde a uma queda de 1,5%.

Tabela 6: Estado de São Paulo
Percentual da matrícula no Ensino Médio integrado à Educação Profissional por Rede de Ensino
2015-2019

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2015	5,9	65,4	13,3	15,5
2016	6,8	70,6	11,4	11,2
2017	8,4	73,1	10,1	8,4
2018	10,3	73,5	9,0	7,2
2019	12,0	74,6	8,6	4,8

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Essa queda no número de matrículas no ensino médio não pode ser dissociada de fatores relacionados à dinâmica da população. De acordo com os dados do IBGE, entre 2016 e 2019, houve uma redução acentuada da população de 15 a 17 anos, representando, em números absolutos, uma diminuição de aproximadamente 297 mil jovens (menos 13,7%), havendo, portanto, absoluta coerência entre a redução das matrículas e o cenário demográfico.

Assim sendo, o baixo crescimento nas matrículas no ensino médio não deve ser atribuído às dificuldades na progressão do fluxo escolar. O cenário demográfico sinaliza declínio também na população da faixa etária de 10 a 14 anos estimada em 9,4%, conforme mencionado na síntese sobre o ensino fundamental.

Tabela 7: Estado de São Paulo
População, Estudantes e Taxa de Escolarização
2016-2019

Ano	Grupo de Idade: 15 a 17 anos (mil pessoas)		
	População	Estudantes	Taxa de escolarização
2016	2.165	1.904	87,9
2017	2.086	1.813	86,9
2018	1.985	1.735	87,4
2019	1.868	1.611	86,2

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

A Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Estadual de Educação (PEE) tem por escopo duas metas principais: primeiro, a universalização do acesso à escola para toda a população de 15 a 17 anos de idade, o que deveria ter sido atingido até o ano de 2016; depois elevar a taxa ajustada líquida de frequência ao ensino médio para esse grupo etário para 85,0%, até o final do período da vigência dos Planos.

A legislação que estabelece a exigência de universalização do acesso à escola para a população de 15 a 17 anos, propunha concretizar essa cobertura até 2016, independentemente da etapa cursada. Mas, em 2019, esse patamar ainda não havia sido alcançado.

No país, 92,9% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam escola, portanto o Brasil ainda estava 7,1 pp distante da exigência da norma legal – alcançar a universalização prevista para 2016.

Além disso, é importante frisar que nenhuma unidade da federação alcançou, em 2019, a meta nacional, planejada para ser atingida em 2016. No caso do estado de São Paulo, em 2019, a taxa alcançada foi de 95,0%, estima-se que 5,0% dos adolescentes paulistas estavam afastados do processo de escolarização.

Essa taxa de acesso da frequência à escola, também chamada "*taxa bruta de escolarização"*, desconsidera o nível de ensino cursado pelo estudante, sendo sempre mais elevada, por incorporar os alunos defasados de idade que ainda estão cursando o ensino fundamental.

Com relação à *taxa ajustada de frequência escolar líquida*, tanto o Plano Nacional de Educação, como o Plano Estadual de Educação, estabeleceu o mesmo parâmetro como meta a ser atingida até o final das respectivas vigências – pelo menos, 85,0% dos adolescentes 15 a 17 anos, frequentando o ensino médio, etapas posteriores, ou com a educação básica concluída.

De acordo com os dados do Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE, recém-publicado pelo MEC/Inep, a taxa de frequência do Brasil está 11,9 pp distante da meta, tendo em vista que, em 2019, a "*taxa ajustada de frequência líquida"* ficou em 73,1% – pessoas de 15 a 17 anos, frequentando o ensino médio ou que já haviam concluído a educação básica.

Essa mesma publicação, ao tratar dos dados referentes às unidades da federação fez referência explicita ao estado de São Paulo:

"... já atingiu a meta definida nacionalmente de ter 85,0% dos jovens de 15 a 17 anos de idade no ensino médio..."

Com efeito, de acordo com esse mesmo Relatório, em 2019, o percentual da população paulista de 15 a 17 anos de idade que frequentava o ensino médio ou havia concluído a educação básica foi de 85,2%, portanto o atingimento antecipado da meta. A análise comparativa apontou que esse valor é o mais elevado percentual entre todas as unidades da federação, posicionando São Paulo como o único estado da federação com resultado superior a 80,0%.

O apêndice da Meta 3 do Relatório do Inep apresenta duas tabelas – em série histórica, abrangendo o período de 2012 a 2019 e que consolidam dados relativos ao número de pessoas de 15 a 17 anos *"não frequentando escola"* e, na tabela seguinte, a mesma informação para os que *"não frequentavam o ensino médio".*

A tabela 8 trata especificamente do número de pessoas dessa faixa etária, afastadas do processo de escolarização. Aponta que, entre 2012 e 2019, diminuiu praticamente pela metade 48,2% (cerca de 88 mil pessoas) o número de adolescentes de 15 a 17 anos *"não frequentando escola".*

Tabela 8: Estado de São Paulo
Número de pessoas de 15 a 17 anos que *não frequentavam escola* e *não haviam concluído a educação básica*
2012-2019

Ano	Pessoas: 15 a 17 anos Não frequentavam escola
2012	182.285
2013	196.216
2014	150.911
2015	127.856
2016	109.564
2017	132.598
2018	121.643
2019	94.363
Variação 2019/2012	
nº	-87.922
%	-48,2

Fonte: MEC/Inep – Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020.

As estimativas apresentadas na tabela 9, a seguir, indicam progressos, demonstrando uma redução do número de jovens de 15 a 17 anos "não frequentando o ensino médio", cerca de 160 mil entre 2012 e 2019, correspondendo a um decréscimo de 36,7% nesse período.

Tabela 9: Estado de São Paulo
Número de pessoas de 15 a 17 anos que *não frequentavam o ensino médio* e *não haviam concluído a educação básica*
2012-2019

Ano	Pessoas: 15 a 17 anos Não frequentavam o Ensino Médio
2012	436.770
2013	391.950
2014	342.950
2015	357.974
2016	297.265
2017	351.852
2018	363.224
2019	276.416
Variação 2019/2012	
nº	-160.354
%	-36,7

Fonte: MEC/Inep – Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020.

Há divergências pontuais entre as taxas de escolarização da Dired/Inep, publicadas nos Relatórios de Monitoramento do Plano Nacional de Educação e as taxas congêneres divulgadas pelo IBGE na Pnad Contínua, por causa de diferenciais nos procedimentos metodológicos no que se refere à composição da variável de idade da pessoa, em anos completos, utilizada no monitoramento das metas 1, 2 e 3 do PNE.

Os três Relatórios de Monitoramento PNE elaborados pelo Inep adotam como critério de referência a idade da pessoa em 31 de março do ano da pesquisa (em consonância com a Resolução CNE/CEB n° 6, de 21 de outubro de 2010), usando a idade declarada pelo respondente para lidar com os dados faltantes relativos ao mês e ano de nascimento.

Assim sendo, as taxas do Inep são construídas com base na "idade-CNE" e difere da idade em anos capturada pela Pnad, que coleta a idade do jovem na data de realização da pesquisa.

O cálculo da "idade-CNE" depende da existência nos dados primários do mês de nascimento da pessoa, sendo que nos casos em que essa variável é desconhecida, o Inep passou a adotar para a série histórica da Pnad-c a imputação da idade, utilizando a idade na data de referência da pesquisa do IBGE.

De acordo com a nota explicativa do Inep, não proceder à imputação da idade, ainda que a idade do jovem seja conhecida para a quase totalidade desses casos, ocasionaria potencial viés na estimativa do indicador devido à exclusão dos jovens sem mês de nascimento conhecido.

Tabela 10: Estado de São Paulo
Percentual de pessoas de 15 a 17 anos por frequência à escola ou que *haviam concluído a educação básica*
2012-2019

Ano	População de 15 a 17 anos	
	Frequenta escola ou concluiu educação básica	Frequenta o ensino médio ou concluiu educação básica
2012	91,5	79,6
2013	90,2	80,4
2014	92,5	82,9
2015	93,9	83,0
2016	95,0	86,3
2017	93,6	82,9
2018	93,9	81,6
2019	95,0	85,2

Fonte: MEC/Inep – Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020.

Eleger os Relatórios de Monitoramento do Inep como a única fonte para subsidiar o acompanhamento das taxas de escolarização implica em abdicar de informações importantes em relação às taxas de escolarização estabelecidas a partir da combinação com outras variáveis – cor ou raça e sexo. A abordagem desse contexto instigante nas publicações de monitoramento do PNE é tratada apenas para Brasil e regiões geográficas.

Por sua vez o IBGE nas Pnad(s) Contínua disponibiliza esses indicadores anualmente por unidade da federação, permitindo maior discernimento das desigualdades/discriminações que afetam o processo de escolarização. Exatamente, por isso optou-se por examinar, em paralelo, as informações originárias das duas fontes dadas à relevância dos temas abordados.

De acordo com Pnad Contínua a taxa de escolarização "bruta" das pessoas de 15 a 17 anos de idade decaiu nos últimos quatro anos, passando de 87,9% para

86,2% em 2019, distante da meta de universalização do atendimento educacional nessa faixa etária até 2016 (Tabela 11).

Tabela 11: Estado de São Paulo
Número e percentual de adolescentes de 15 a 17 anos por frequência ou não frequência à escola
2016-2019

Ano	Número de pessoas (em mil)			Percentual (%)	
	Frequentando	Não frequentando(*)	Total	Frequentando	Não frequentando(*)
2016	1.904	261	2.165	87,9	12,1
2017	1.813	273	2.086	86,9	13,1
2018	1.735	250	1.985	87,4	12,6
2019	1.611	257	1.868	86,2	13,8

Fonte: IBGE/Pnad contínua: Educação 2018 (dados 2016-2018) e Banco SIDRA (dados 2019).
(*) estimativa.

Nessa faixa etária, a desigualdade racial é evidente. Em 2019, frequentavam a escola 87,7% dos brancos e 84,1% dos negros, uma diferença de 3,6 pp que vinha regredindo e voltou a crescer na última pesquisa.

Tabela 12: Estado de São Paulo
Taxa de escolarização "bruta" dos estudantes de 15 a 17 anos por cor ou raça
2016-2019

Ano	Total[1]	Branca	Preta ou Parda
2016	87,9	90,2	84,4
2017	86,9	88,6	84,7
2018	87,4	88,6	85,5
2019	86,2	87,7	84,1

Fonte: IBGE/Pnad contínua: Educação 2018 (dados 2016-2018) e Banco SIDRA (dados 2019).
(1) Inclusive as pessoas que se declararam indígenas, amarelas e cor ou raça ignorada.

No entanto, há desigualdades inadmissíveis entre os grupos da população e que não podem passar despercebidas: a taxa líquida de frequência dos brancos chegou a 87,5% em 2019 e 80,2% entre pretos/pardos – diferença de 7,3 pp, uma evidência da presença da desigualdade racial na educação (Tabela 13).

Tabela 13: Estado de São Paulo – População de 15 a 17 anos
Taxa ajustada de frequência escolar líquida por cor ou raça
2016-2019

Ano	Total[1]	Branca	Preta ou Parda
2016	85,3	88,2	80,8
2017	81,6	86,4	75,2
2018	80,9	85,4	74,9
2019	84,1	87,5	80,2

Fonte: IBGE/Pnad contínua: Educação 2018 (dados 2016-2018) e Banco SIDRA (dados 2019)
(1) Inclusive as pessoas que se declararam indígenas, amarelas e cor ou raça ignorada.

Em relação aos dados da *taxa ajustada de frequência escolar líquida*, ou seja, de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio (idade adequada para o nível de ensino), o estado de São Paulo havia superado a meta em 2016, mas retrocedeu 1,2 pp decaindo para 84,1% em 2019, mantendo-se ainda próximo da meta de 85,0% prevista para ser alcançada até 2024, final da vigência do PNE.

O estado de São Paulo detém a menor defasagem idade/série entre as demais unidades da federação, registrando, em consequência, o mais elevado percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído (94,5%), o que contribui decisivamente para um resultado mais favorável na taxa de frequência líquida: 84,1% em 2019.

Com relação à variável sexo, é perceptível diferenças nos resultados, tanto na taxa de escolarização bruta quanto na taxa ajustada líquida. Conceitualmente, o relevante na *taxa de escolarização "bruta"* é estar frequentando escola, ser estudante do ensino fundamental ou médio, não importando o atraso escolar ou a etapa cursada para o cálculo da taxa bruta.

Exatamente por esse motivo, essa *taxa* agrega um maior contingente de jovens com defasagem de idade/série e, no caso do desdobramento por sexo, a maior inflexão ocorre entre os meninos, cuja *taxa de escolarização* chegou a 87,3% entre os homens e ficou em 85,3% entre as mulheres – uma diferença de 2,0 pp, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 14: Estado de São Paulo
Taxa de escolarização bruta dos estudantes de 15 a 17 anos por sexo
2016-2019

Ano	Total	Homem	Mulher
2016	87,9	89,4	86,3
2017	86,9	87,4	86,4
2018	87,4	86,9	88,0
2019	86,2	87,3	85,3

Fonte: IBGE/Pnad contínua: Educação 2018 (dados 2016-2018) e Banco SIDRA (dados 2019).

Entretanto, quando o foco de atenção é a *taxa ajustada de frequência escolar líquida,* que leva em conta a adequação da idade ao nível de ensino cursado, (no caso de pessoas de 15 a 17 anos cursando o ensino médio), o grupo feminino chegou a 85,2% e ficou em 83,1% entre os homens.

O comparativo entre 2016 e 2019 indicou uma retração na *taxa ajustada de frequência líquida*; no cômputo geral a redução foi de 1,2 pp. Essa retração foi mais acentuada entre os homens – menos 2,1 pp e menos significativa entre as mulheres – menos 0,2 pp (Tabela 15).

Tabela 15: Estado de São Paulo – população de 15 a 17 anos
Taxa ajustada de frequência escolar líquida por sexo
2016-2019

Ano	Total	Homem	Mulher
2016	85,3	85,2	85,4
2017	81,6	79,9	83,3
2018	80,9	78,4	83,7
2019	84,1	83,1	85,2

Fonte: IBGE/Pnad Contínua: Educação 2018 (dados 2016-2018) e Banco SIDRA (dados 2019).

Em 2016, *a taxa ajustada* tanto entre os meninos quanto entre as meninas já havia alcançado a meta de 85,0% estipulada no PEE para o final de sua vigência, e as diferenças eram de apenas 0,2 pp entre os sexos, permitindo assim que a taxa total ficasse em 85,3%.

Nos anos sucessivos, 2017 e 2018, essas taxas recuaram, aumentando o hiato entre os sexos. Em 2019, registrou-se uma recuperação dessa taxa entre as meninas, cuja frequência à escola na idade correta (85,2%), voltou a superar a meta, porém

entre os meninos a pontuação permanece 2,1 pp abaixo da taxa registrada em 2016.

As diferenças observadas na *taxa ajustada líquida* de escolarização no período 2016 a 2019 sinalizam que os meninos vivenciam mais revezes no percurso escolar – as explicações possíveis para isso são complexas e envolvem questões múltiplas.

Muitas são as citações que atribuem o problema ao desinteresse dos jovens do sexo masculino pela escola e práticas escolares e articulam esse descaso ao desejo do adolescente em apressar a "passagem", vivenciar experiências como homem "adulto", buscando antecipar o ingresso no mercado de trabalho, mesmo que na informalidade, seja para obter sua "independência", seja pela real necessidade de complementar a renda familiar.

Os trabalhos que tentam explicar as diferenças de desempenho escolar entre os sexos citam a complexidade do fenômeno, associando-o a outras variáveis: raça/cor e desigualdades de classe social.

MATRÍCULA POR LOCALIZAÇÃO

Ao avaliar a distribuição do número de matrículas do ensino médio em relação à localização, é evidente que a grande a maioria desses registros (98,6%) estava vinculada às escolas urbanas e apenas 1,4% na área rural, conforme dados da Sinopse Estatística.

Considerando a taxa de urbanização do estado de São Paulo, é natural que a proporção de matrículas do ensino médio na área rural seja restrita; em 2019 foram pouco mais de 21 mil registros, apenas 1,4% do total, tendo ampliado sua participação em relação ao ano de 2015 em 0,2 pp.

Entre 2015 e 2019, na área urbana, houve uma redução de 16,3% no número de matrículas, com a diminuição da participação relativa, passando de 98,8% em 2015 para 98,6% em 2019, conforme a tabela a seguir (Tabela 16).

Tabela 16: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Número e percentual da matrícula por localização
2015-2019

Ano	Matrícula (nº)			Matrícula (%)	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2015	1.850.964	1.829.015	21.949	98,8	1,2
2016	1.885.281	1.862.280	23.001	98,8	1,2
2017	1.802.429	1.779.941	22.488	98,8	1,2
2018	1.640.170	1.618.053	22.117	98,7	1,3
2019	1.551.906	1.530.371	21.535	98,6	1,4
variação 2019/2015					
	-16,2	-16,3	-1,9		

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Como era previsível, o atendimento na área rural é predominante na rede pública, com destaque para a rede estadual que, em 2019, respondia por 19.760 matrículas, o correspondente a 91,8% de um total de 21.535 registros.

Em 2019, a rede estadual como a principal mantenedora do ensino médio paulista respondeu por 81,2% da oferta na área urbana (1.241.908 matrículas) e 91,8% na área rural – 19.760 registros. Complementam esse atendimento a rede municipal e a rede particular, responsáveis respectivamente, por 1,6% e 6,6% da oferta (Tabelas 17 e 18).

Tabela 17: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Número de matrícula por localização e rede de ensino
2015-2019

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Urbana					
2015	1.829.015	3.514	1.520.924	22.504	282.073
2016	1.862.280	4.529	1.556.752	22.326	278.673
2017	1.779.941	6.229	1.485.444	21.650	266.618
2018	1.618.053	8.564	1.333.090	20.698	255.701
2019	1.530.371	10.314	1.241.908	21.013	257.136
Rural					
2015	21.949	–	21.040	179	730
2016	23.001	–	22.033	188	780
2017	22.488	–	21.589	178	721
2018	22.117	–	20.665	158	1.294
2019	21.535	–	19.760	344	1.431

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Tabela 18: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Percentual de matrícula por localização e rede de ensino
2015-2019

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Urbana					
2015	100,0	0,2	83,2	1,2	15,4
2016	100,0	0,2	83,6	1,2	15,0
2017	100,0	0,3	83,5	1,2	15,0
2018	100,0	0,5	82,4	1,3	15,8
2019	100,0	0,7	81,2	1,4	16,8
Rural					
2015	100,0	–	95,9	0,8	3,3
2016	100,0	–	95,8	0,8	3,4
2017	100,0	–	96,0	0,8	3,2
2018	100,0	–	93,4	0,7	5,9
2019	100,0	–	91,8	1,6	6,6

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Para garantir a oferta no ensino médio na área urbana, a administração estadual está presente em todos os municípios paulistas e, no caso da área rural, oferece atendimento em 115 localidades.

Apesar de uma expansão nos últimos anos, a oferta proporcionada pela rede federal é restrita à área urbana, com pouco mais de 10.300 matrículas em 2019.

A participação dos municípios na oferta do ensino médio é sempre reduzida, em razão do impedimento legal para o financiamento, pois a aplicação constitucional de 25% na educação deve ser destinada obrigatoriamente para o atendimento pleno da educação infantil e do ensino fundamental.

Assim sendo, as despesas para a manutenção do ensino médio não podem ser incluídas nesse percentual, requerendo da parte da administração municipal recursos excedentes à aplicação constitucional de 25% e isso restringe a disposição do poder local em ofertar esse nível de ensino.

Tanto assim que, em 2019, o atendimento ficou circunscrito a 21 municípios que, juntos, responderam por 21.357 matrículas, das quais 21.013 estavam concentradas na área urbana em 19 municípios. Na área rural foram 344 registros concentrados em três localidades, das quais duas atendem exclusivamente os alunos do campo.

Nos últimos anos, a rede particular tem ampliado o seu atendimento. Em 2019 estava presente em 293 localidades (45,4%) dos 645 municípios paulistas,

atendendo a 258.567 matrículas das quais 257.136 na área urbana e 1.431 na área rural em 11 municípios (tabela 17).

Um detalhe interessante na caracterização da oferta do setor privado em relação à oferta na área rural, é que a taxa de participação de 3,3% em 2015 dobrou para 6,6% em 2019.

Se de um lado, em apenas 42 municípios o número de matrículas na rede particular foi superior a 1.000 registros, de outro lado 95 localidades tinham menos de 100 matrículas em 2019.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Na publicação Resumo Técnico do Estado, o Inep divulgou uma informação do censo da educação básica pouco disseminada em suas estatísticas – o percentual de matriculados em classes comuns com distorção idade-série por sexo, excluindo as matrículas de classes exclusivas/deficiência.

O resultado evidenciou maior proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam, evidenciando uma taxa mais elevada que do sexo feminino em todas as etapas de ensino.

No caso do ensino médio, considerando o conjunto das redes de ensino, a maior diferença entre os sexos acontece na 1ª série do ensino médio, onde a taxa de distorção idade-série é 18,3% para o sexo masculino e 10,7% para o sexo feminino, conforme discriminado na tabela abaixo.

Tabela 19: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Taxa de Distorção Idade/série por sexo, segundo série frequentada
Total das Redes de Ensino – 2019

Série	Sexo		Diferença Masc./Fem.
	Masculino	Feminino	
1ª série	18,3	10,7	7,6
2ª série	15,6	9,8	5,8
3ª série	9,3	6,2	3,1

Fonte: Elaborado pelo DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Na rede pública, a maior diferença entre sexos também acontece na 1ª série do ensino médio, onde a taxa de distorção é de 20,5% no sexo masculino e de 12,3% para o sexo feminino, resultando em uma variação de 8,2 pp. Na 2ª e 3ª séries, o percentual de defasados diminui, mantendo a tendência de uma melhor performance do sexo feminino.

Tabela 20: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Taxa de Distorção Idade/série por sexo, segundo série frequentada
Rede Pública – 2019

Série	Total	Sexo		Diferença Masc./Fem.
		Masculino	Feminino	
1ª série	16,6	20,5	12,3	8,2
2ª série	14,6	17,6	11,4	6,2
3ª série	8,9	10,9	6,9	4,0

Fonte: Elaborado pelo DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Também na rede particular observam-se diferenças entre sexos, com destaque para a 1ª série do ensino médio, onde a taxa de distorção é de 6,2% no sexo masculino e cai pela metade, 3,1% para o sexo feminino, resultando em uma variação de 3,1 pp. Na 2ª série e 3ª série, o percentual de defasados diminuiu para, respectivamente, 5,7% e 4,7% para o sexo masculino, mantendo desvantagem em relação aos percentuais registrados para o sexo feminino: 3,0% e 2,7% (tabela 21).

Tabela 21: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Taxa de Distorção Idade/série por sexo, segundo série frequentada
Rede Particular – 2019

Série	Total	Sexo		Diferença Masc./Fem.
		Masculino	Feminino	
1ª série	4,5	6,2	3,1	3,1
2ª série	4,3	5,7	3,0	2,7
3ª série	3,6	4,7	2,7	2,0

Fonte: Elaborado pelo DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

O comparativo do percentual de defasagem idade/série registrado na rede pública e na particular é evidência das desigualdades sociais – dificuldades no percurso do processo de escolarização e, inclusive outros desdobramentos decorrentes das dificuldades e diferenças de oportunidade de continuar os estudos,

a desigualdade racial e outros problemas que se tornam mais agudos no ensino médio.

MATRÍCULA POR SEXO E COR OU RAÇA

O acompanhamento da informação do censo da educação básica dos últimos cinco anos permite caracterizar a evolução do ensino médio, privilegiando um aspecto muito pouco analisado que é a desagregação das matrículas por sexo e por cor ou raça de forma concomitante.

Esse tipo de informação, anualmente disponibilizada no censo, tem pouco destaque no tratamento das estatísticas educacionais, apesar de sua relevância para repensar ações mais assertivas e de enfretamento das desigualdades racial e de gênero.

Em linhas gerais, os dados da matrícula por sexo estão coerentes com o cenário das informações do mesmo teor publicadas na Pnad Contínua 2018 e 2019 que apontaram, para o período 2016 a 2019, uma redução de aproximadamente 297 mil pessoas para o grupo etário de 15 a 17 de anos.

Entre 2015 e 2019, o censo da educação básica mostrou que no total de matrículas do ensino médio houve decréscimo de 16,2%, correspondente a 299 mil registros na matrícula na última etapa da educação básica. Essa redução foi superior no sexo feminino e alcançou 17,0% e um pouco menor no sexo masculino: 15,3%.

Em 2015, as meninas concentravam a maior proporção das matrículas: 50,2%, no entanto, desde 2016 o sexo masculino vem ampliando a sua participação no conjunto das matrículas, alcançando nos últimos dois anos 50,4%, conforme mostra a tabela 22.

Tabela 22: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Matrícula por sexo – Total das Redes de Ensino
2015-2019

Ano	Número de Matrículas			Percentual	
	Total	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2015	1.850.964	928.436	922.528	50,2	49,8
2016	1.885.281	939.806	945.475	49,8	50,2
2017	1.802.429	895.844	906.585	49,7	50,3
2018	1.640.170	813.401	826.769	49,6	50,4
2019	1.551.906	770.392	781.514	49,6	50,4

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

O comparativo das informações referentes à matrícula de 2019 em relação ao ano de 2015, detalhada por sexo e cor/raça confirmou a redução da matrícula em todas as categorias de cor ou raça, inclusive em relação à ausência desse tipo de informação – *"não declarada"*.

Tabela 23: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Matrícula por cor ou raça
2015-2019

Ano	Cor e raça – Total das Redes (nº)						
	Total	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2015	1.850.964	451.186	934.270	54.552	395.374	11.879	3.703
2016	1.885.281	407.982	985.489	57.949	418.548	11.685	3.628
2017	1.802.429	356.709	969.460	56.000	406.450	10.673	3.137
2018	1.640.170	301.781	909.112	50.736	366.428	9.437	2.676
2019	1.551.906	266.268	881.755	48.115	344.817	8.557	2.394

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Tabela 24: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Percentual da matrícula por cor e raça
2015-2019

Ano	Cor e raça – Total das Redes (%)					
	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2015	24,4	50,5	2,9	21,4	0,6	0,2
2016	21,6	52,3	3,1	22,2	0,6	0,2
2017	19,8	53,8	3,1	22,6	0,6	0,2
2018	18,4	55,4	3,1	22,3	0,6	0,2
2019	17,2	56,8	3,1	22,2	0,6	0,2

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

O confronto dos dados contabilizados na categoria *"não declarada"* evidencia uma queda expressiva no quantitativo da matrícula sem a identificação de cor ou raça.

Em 2015, elas somaram mais de 451 mil registros, correspondendo a 24,4% do total de matrículas; em 2019 passaram a representar 17,2%, pouco mais de 266 mil matrículas, correspondendo a um decréscimo de 41,0% na falta de identificação.

Apesar de estar longe da situação ideal, é importante reconhecer que houve uma melhoria na captação desse tipo de informação. Em 2015, a omissão era tão grave, que comprometia a comparabilidade dos dados por cor ou raça, pois a categoria *"não declarada"* era superior à soma das matrículas da cor preta e parda que juntas totalizavam 449.926 registros.

O segmento da evolução do percentual da matrícula por cor ou raça demonstrou poucas mudanças: os de cor branca ampliaram em 6,3 pp sua participação no conjunto das matrículas do ensino médio, evoluindo de 50,5% em 2015 para 56,8% em 2019.

A participação no conjunto da matrícula daqueles que se autodeclaram de cor preta pouco variou, passou de 2,9% para 3,1% no comparativo de cinco anos, portanto a representatividade do grupo permanece bastante reduzida. Também, foi restrita a mudança observada em relação ao percentual da matrícula registrada no grupo que se autodeclara de cor parda: 21,4% e 22,2%.

A somatória da matrícula dessas duas categorias de cor – preta e parda, eleva a taxa de participação para 25,3% em 2019, um percentual ainda distante da representatividade desse grupo no conjunto da população de 15 a 17 anos, superior a 40,0%, conforme os dados da Pnad contínua 2018 e 2019, reproduzidos a seguir.

Tabela 25: Estado de São Paulo – Ensino Médio
População residente de 15 a 17 anos por cor e raça
2016-2019

Ano	Pessoas (em mil)			(%)	
	Total[1]	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda
2016	2.165	1.277	865	59,0	40,0
2017	2.086	1.168	898	56,0	43,0
2018	1.985	1.071	883	54,0	44,5
2019	1.868	1.035	819	55,4	43,8

Fonte: IBGE/Pnad contínua: Educação 2018 (dados 2016-2018) e Banco SIDRA (dados 2019).
(1) Inclusive as pessoas que se declararam indígenas, amarelas e cor ou raça ignorada.

Por fim, como são minorias, a participação de amarelos e indígenas no total da matrícula do ensino médio permaneceu inalterada, respectivamente, 0,6% e 0,2% entre 2015 e 2019 (Tabela 24).

SEXO E COR OU RAÇA: DIFERENCIAÇÕES NO CONTEXTO DA MATRÍCULA

As informações tratadas nesse tópico sinalizam que a combinação sexo e cor ou raça traz à tona outras diferenças no contexto da escolarização e das matrículas no ensino médio que merecem atenção.

Os autodeclarados brancos sempre representaram, no período analisado, mais de 50,0% do total das matrículas desse nível de ensino, um retrato condizente com a taxa líquida de escolarização de 87,5% da última Pnad. Em razão da diminuição da população de 15 a 17 anos, observou-se redução nas matrículas: 6,5% no sexo feminino e menos 4,7 % no sexo masculino. Comparativamente, a matrícula das demais categorias de cor ou raça foi a menor retração.

Entre os jovens pretos, a diminuição na matrícula no período analisado afetou ambos os sexos, sendo mais acentuada entre as meninas: 13,4% para 10,3% no sexo masculino. Contudo, a tendência de queda no número de matrículas foi

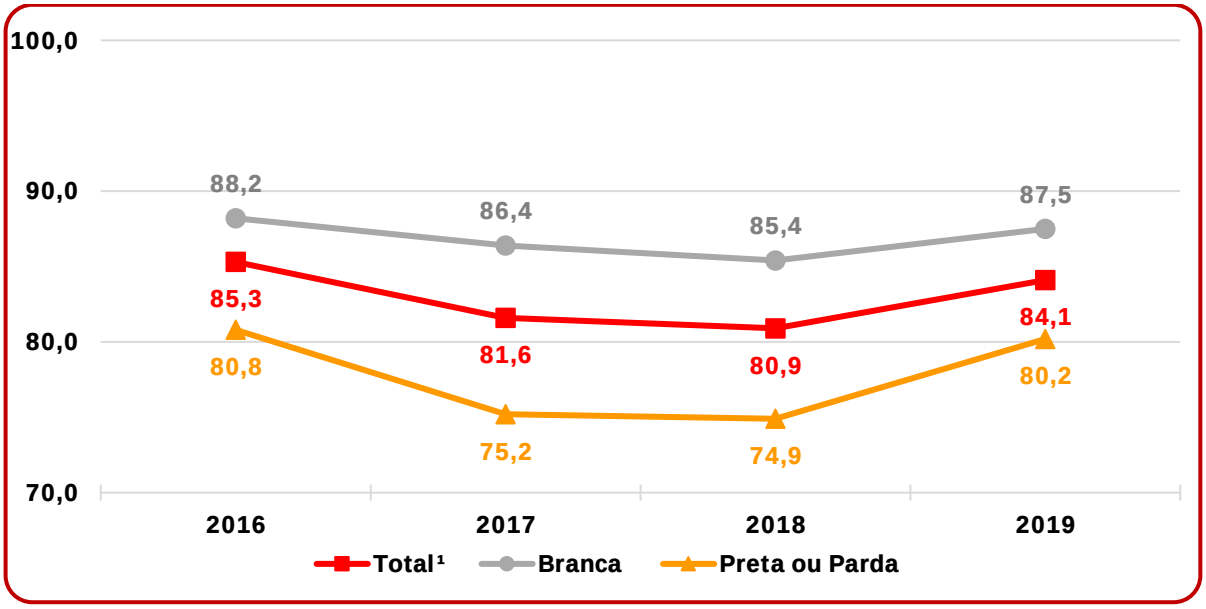
particularmente expressiva entre aqueles que se autodeclaram pardos: 15,0% no sexo feminino e 10,6 % no sexo masculino.

Com efeito, esse comportamento diferenciado na retração da matrícula reproduz o contraste evidenciado nas taxas de frequência líquida: os autodeclarados da cor preta ou parda têm taxas menores de escolarização no ensino médio.

Na comparação entre negros (pretos e pardos) e brancos, a análise dos dados aponta que ocorreu uma redução mínima na diferença existente entre esses grupos: era de 7,4 pp em 2016, passando a ser de 7,3 pp em 2019, conforme aponta o gráfico 1.

Ainda assim, a desigualdade entre os grupos de raça/cor se mantém e, quando se consideram especificamente os pretos/pardos, essa distância em relação à meta (85,0%) era, em 2019, de 4,8 pp, enquanto os brancos tinham ultrapassado a meta em 2,5 pp.

Gráfico 1: Estado de São Paulo – população de 15 a 17 anos
Taxa ajustada de frequência escolar líquida por cor ou raça
2016-2019

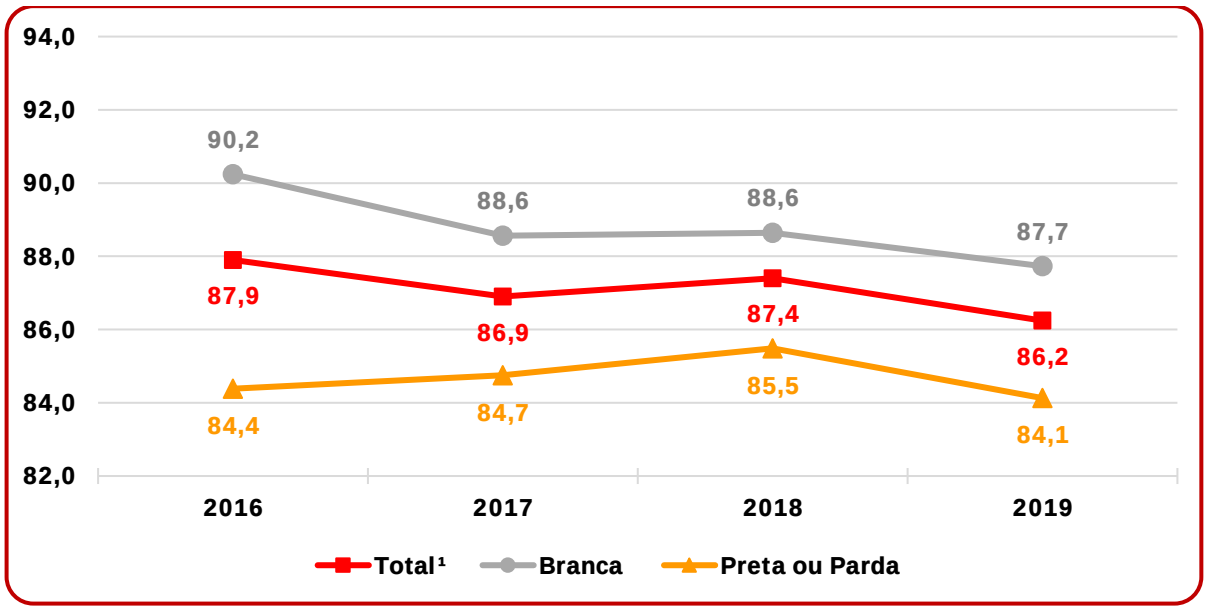


Fonte: IBGE/Pnad Contínua: Educação 2018 (dados 2016-2018) e Banco SIDRA (dados 2019).
(¹) Inclusive as pessoas que se declararam indígenas, amarelas e cor ou raça ignorada.

Menos distante, por causa da inclusão dos estudantes, independentemente do nível de ensino cursado, as diferenças também estão presentes nas taxas de

escolarização "bruta": na cor branca 87,7% e preta ou parda 84,1% em 2019 (Gráfico 2).

Gráfico 2: Estado de São Paulo
Taxa de escolarização bruta dos estudantes de 15 a 17 anos por cor ou raça
2016-2019



Fonte: IBGE/Pnad Contínua: Educação 2018 (dados 2016-2018) e Banco SIDRA (dados 2019).
(¹) Inclusive as pessoas que se declararam indígenas, amarelas e cor ou raça ignorada.

Os dados evidenciaram que as oportunidades no transcorrer do processo de escolarização são desiguais, cerceadas por diversas dificuldades e até certo ponto discriminatórias.

A retração na matrícula afetou também os dois grupos quantitativamente minoritários: os amarelos e os indígenas. Nos amarelos a matrícula decaiu 29,8% no sexo feminino e 26,2% no sexo masculino e no caso dos indígenas essa queda foi ainda maior, respectivamente, 37,7% e 32,8%.

Conforme já mencionado anteriormente, houve uma expressiva redução (185 mil registros) na matrícula contabilizada na categoria "não declarada". A comparação dos dados, entre 2015 e 2019, apontou uma redução de 41,0% no total, sendo que o decréscimo foi maior 41,2% nas matrículas do sexo feminino e de menos 40,8% para o sexo masculino.

Tabela 26: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Matrícula do sexo masculino por cor ou raça
2015-2019

Ano	Masculino (nº)						
	Total	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2015	922.528	228.754	461.362	27.994	196.645	6.000	1.773
2016	945.475	208.225	489.372	30.016	210.132	5.950	1.780
2017	906.585	181.659	483.228	29.064	205.561	5.493	1.580
2018	826.769	153.612	453.670	26.643	186.643	4.888	1.313
2019	781.514	135.434	439.480	25.122	175.858	4.429	1.191

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Tabela 27: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Matrícula do sexo feminino por cor ou raça
2015-2019

Ano	Feminino (nº)						
	Total	Não Declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2015	928.436	222.432	472.908	26.558	198.729	5.879	1.930
2016	939.806	199.757	496.117	27.933	208.416	5.735	1.848
2017	895.844	175.050	486.232	26.936	200.889	5.180	1.557
2018	813.401	148.169	455.442	24.093	179.785	4.549	1.363
2019	770.392	130.834	442.275	22.993	168.959	4.128	1.203

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Tabela 28: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Percentual da matrícula por sexo, segundo cor ou raça
2015-2019

Cor ou raça	Feminino (%)					Masculino (%)				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
Não declarada	24,0	21,3	19,5	18,2	17,0	24,8	22,0	20,0	18,6	17,3
Branca	50,9	52,8	54,3	56,0	57,4	50,0	51,8	53,3	54,9	56,2
Preta	2,9	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,2	3,2	3,2	3,2
Parda	21,4	22,2	22,4	22,1	21,9	21,3	22,2	22,7	22,6	22,5
Amarela	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6
Indígena	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Como pode ser visto na tabela 28, acima, ocorreu uma redução no percentual de matrículas registradas na categoria denominada *"não declarada"*, indicando maior atenção no preenchimento da informação relativa à cor/raça.

Em 2015, a categoria *"não declarada"* representava 24,0% no total de matrículas no sexo feminino e 24,8% no sexo masculino; em 2019 ficaram em torno de 17,0% nos dois casos.

Houve uma evolução positiva na proporção de matrícula dos autodeclarados de cor/raça branca, sendo que a participação feminina tem maior destaque, passando de 50,9% em 2015 para 57,4% em 2019. No sexo masculino a proporção de brancos também cresceu: 50,0% em 2015 e 56,2% em 2019.

A proporção dos que se reconhecem de cor preta é diminuta, variando de 2,9% para 3,0% no sexo feminino e de 3,0% a 3,2% no sexo masculino.

Entre as jovens identificadas como pardas, observam-se pequenas oscilações chegando próximo a 22,0%. No sexo masculino essa proporção variou de 21,3% em 2015 para 22,5% em 2019, com recuos e avanços nos anos intermediários.

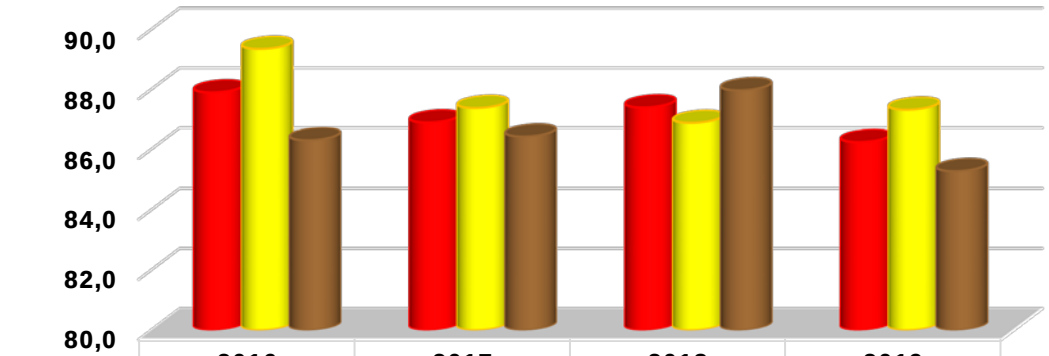
Os que se autodeclararam amarelos ou indígenas têm reduzida participação na matrícula, os primeiros, com uma participação em torno de 0,6% salvo pequenas oscilações pontuais independentemente do sexo. Quanto aos indígenas, a participação permaneceu em 0,2% para ambos os sexos durante todo o período considerado: 2015 a 2019.

DESAGREGAÇÃO POR SEXO

No que se refere à desagregação por sexo, cabe lembrar que nos últimos quatro anos a Pnad Contínua constatou que, entre as pessoas do sexo feminino, o acesso ao ensino médio – *taxa ajustada de frequência escolar líquida*, foi sempre maior do que a observada para o sexo masculino: a diferença, em 2019, foi de 2,1 pp (Tabela 15 e Gráfico 3).

Em 2017 e 2018, ocorreram alterações quanto à distância entre os grupos em decorrência da redução nas taxas registradas para o sexo masculino – inferiores a 80,0%, o ano de 2019 indica uma "recuperação", mantendo-se a vantagem para pessoas do sexo feminino de 15 a 17 anos (Gráfico 3).

Gráfico 3: Estado de São Paulo – população de 15 a 17 anos
Taxa ajustada de frequência escolar líquida por sexo
2016-2019



	2016	2017	2018	2019
Total	87,9	86,9	87,4	86,2
Homem	89,4	87,4	86,9	87,3
Mulher	86,3	86,4	88,0	85,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua: Educação 2018 (dados 2016-2018) e Banco SIDRA (dados 2019).

MATRÍCULA EM TEMPO INTEGRAL

Consideram-se, em tempo integral, os alunos que estão em turmas presenciais com 7 horas ou mais de duração e os que estão em turmas presenciais com carga horária menor, mas que somada com o tempo da Atividade Complementar atinjam 7 horas ou mais por dia.

A Educação em Tempo Integral (ETI) tem por fim ampliar a duração da jornada escolar diária, incorporando ou não novas disciplinas no currículo escolar.

A origem dos dados apresentados a seguir é o levantamento do censo da educação básica de 2015 a 2019 disponibilizado anualmente pelo Inep por meio da publicação Sinopse Estatística. Assim, essas informações obedecem aos critérios estabelecidos nos respectivos levantamentos estatísticos oficiais na data base do levantamento do censo da educação básica.

Pela tabela a seguir é possível observar a evolução do número total das matrículas do ensino médio em tempo integral e em tempo parcial.

Tabela 29: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Número e percentual de matrículas em tempo integral
2015-2019

Ano	Número de Matrículas			Percentual	
	Total	Integral	Parcial	Integral	Parcial
2015	1.850.964	77.467	1.773.497	4,2	95,8
2016	1.885.281	98.466	1.786.815	5,2	94,8
2017	1.802.429	111.296	1.691.133	6,2	93,8
2018	1.640.170	127.513	1.512.657	7,8	92,2
2019	1.551.906	139.126	1.412.780	9,0	91,0
Variação 2019/2015					
Nº	-299.058	61.659	-360.717		
%	-16,2	79,6	-20,3		

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Apesar da redução de 16,2% no número total de matrículas do ensino médio, o atendimento em tempo integral apresentou uma evolução bastante positiva: um acréscimo de 79,6%, passando de 77.467 em 2015 para 139.126 matrículas em 2019, ampliando sua representatividade no cômputo geral de 4,2% para 9,0%. Além disso, o atendimento de alunos do ensino médio em tempo integral é recente e muito concentrado na oferta proporcionada pelo poder público estadual, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 30: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Número de matrícula em tempo integral por rede de ensino
2015-2019

Ano	Matrícula em Tempo Integral (nº)				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2015	77.467	1.455	67.573	8	8.431
2016	98.466	2.110	86.651	195	9.510
2017	111.296	3.943	98.107	87	9.159
2018	127.513	5.183	113.697	96	8.537
2019	139.126	5.481	121.155	252	12.238
Variação 2019/2015					
Nº	61.659	4.026	53.582	244	3.807
%	79,6	276,7	79,3	3050,0	45,2

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Em 2019, a rede estadual respondeu por 87,1% das matrículas do ensino médio em tempo integral, entretanto, essa foi a menor taxa de participação

observada no período, em especial, quando comparada ao ano de 2018, quando alcançou o maior patamar: 89,2% (Tabela 31).

Comparando o número de matrículas de 2019 em relação ao ano de 2015, a rede estadual teve uma expansão de 79,3%, um aumento superior a 53 mil matrículas.

Nota-se que, de 2015 a 2019, a rede federal cresceu 2,1 pp, o maior incremento, todavia é importante ressaltar que o número de alunos por ela atendidos é muito pequeno: 5.481 matrículas em 2019 após uma expansão de 276,7%. A presença da rede municipal além de instável, é bastante restrita: apenas 252 matrículas em 2019, quando alcançou o maior patamar.

Tabela 31: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Percentual de matrícula em tempo integral por rede de ensino
2015-2019

Ano	Matrícula em Tempo Integral (%)				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2015	100,0	1,9	87,2	0,0	10,9
2016	100,0	2,1	88,0	0,2	9,7
2017	100,0	3,5	88,1	0,1	8,2
2018	100,0	4,1	89,2	0,1	6,7
2019	100,0	3,9	87,1	0,2	8,8

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

A meta 6 do PEE, que estabelece a oferta em tempo integral para, pelo menos, 25% dos alunos das escolas públicas até o final da vigência do Plano, é um grande desafio. De acordo com os dados do Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE, com algumas oscilações no período, o percentual de alunos da educação básica em tempo integral foi de 14,8% em 2015 e 2019, incluindo-se todas as etapas de ensino, inclusive a creche que detém a maior parcela de matrículas em tempo integral.

Assim sendo, os resultados da educação básica pública para o período 2015 a 2019 mostram que o estado de São Paulo ainda está distante de atingir a meta da oferta da educação integral para 25% dos alunos do público-alvo da educação básica.

Mas, quando visto isoladamente, a análise circunscrita à oferta de tempo integral no ensino médio, fica evidente que houve um aumento relevante no percentual de alunos em tempo integral desde 2015, atingindo 9,8%, em 2019, o melhor resultado da série histórica, conforme tabela a seguir.

Tabela 32: Estado de São Paulo – Ensino Médio
Número e percentual de matrícula em tempo integral na Rede Pública
2015-2019

Ano	Rede Pública: Nº de Matrículas			Percentual Integral
	Integral	Parcial	Total	
2015	69.036	1.499.125	1.568.161	4,4
2016	88.956	1.516.872	1.605.828	5,5
2017	102.137	1.432.953	1.535.090	6,7
2018	118.976	1.264.199	1.383.175	8,6
2019	126.888	1.166.451	1.293.339	9,8
Variação 2019/2015				
Nº	57.852	-332.674	-274.822	
%	83,8	-22,2	-17,5	

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Dois programas de jornada escolar ampliada de estudantes coexistem na rede estadual paulista: o Ensino Integral – Escolas de Tempo Integral (ETI) e o Novo Modelo de Escola de Tempo Integral (PEI).

O primeiro, as ETI's, oferecem no contraturno das aulas regulares, atividades esportivas e culturais. O Novo Modelo – as chamadas PEI(s), propiciam uma jornada diária de nove horas e meia e uma matriz curricular diferenciada.

Além das disciplinas obrigatórias os alunos têm oportunidade de cursar disciplinas eletivas, que são escolhidas de acordo com seu objetivo: orientação de estudos, preparação para o mundo do trabalho e auxílio na elaboração de um projeto de vida.

OUTROS DESDOBRAMENTOS

Esse recorte contempla as informações da última etapa da educação básica e traz uma retrospectiva do período 2015-2019, portanto retrata um cenário de uma situação anterior à pandemia de 2020 e da Reforma do Ensino Médio a ser implantada gradativamente em 2021.

Hoje, o maior desafio da Educação é tornar o espaço escolar um ambiente atrativo e acolhedor, capaz de despertar o interesse dos estudantes e responder adequadamente às demandas e expectativas dos jovens.

A Lei Federal nº 13.415, sancionada em 2017, alterou dispositivos da LDB e, na prática, acolheu e incorporou argumentos apresentados por especialistas e gestores educacionais em debates e reflexões sobre a necessidade de proceder à reformulações com a implantação de políticas específicas para a etapa final da educação básica.

A Base Nacional Comum Curricular foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2018. A BNCC estabeleceu as regras e as disciplinas obrigatórias – Matemática e Português, com carga horária nos três anos de duração desse nível de ensino. Além disso, definiu que os currículos estaduais deveriam ser adaptados e implementados até o início das aulas de 2022. O governo paulista antecipou esse processo em São Paulo, propondo sua implantação gradual a partir de 2021.

A flexibilização do ensino médio visa garantir aos alunos a possibilidade de escolha de quais percursos deseja seguir em sua jornada educativa. Espera-se que o concluinte do ensino médio seja capaz de argumentar com base em fatos e fontes diversas, tenha condições de cuidar de sua saúde física e emocional e de agir com flexibilidade nos campos de atuação social.

No caso do Ensino Médio é praticamente consenso que a melhoria perpassa por uma visão mais flexível e diversificada da educação para adolescentes e jovens. Nesse contexto é reducionismo associar os problemas de aprendizagem apenas às dificuldades acumuladas pelos estudantes no percurso escolar, pois os problemas acontecem também em razão das adversidades do próprio ensino médio: a arquitetura curricular, o baixo incentivo ao protagonismo juvenil e a pouca conexão com os interesses da juventude.

Importa contextualizar que a Reforma Curricular é um projeto amplo, envolvendo a educação básica, tendo elos com os objetivos de adequação e encontra-se em sintonia com movimentos internacionais, visando à modernização da educação.

Em setembro de 2015, representantes de 193 países reunidos na ONU assumiram o compromisso de transformar o mundo por meio de medidas ousadas que promovessem o desenvolvimento sustentável e inclusivo nos 15 anos subsequentes.

Conhecido como Agenda 2030, o documento dessas tratativas tem entre os pontos principais o compromisso de uma transformação na educação, de uma mudança orientada no sentido do desenvolvimento de competências, que possibilitem a formação de pessoas capazes para o exercício da cidadania e participação relevante na construção de uma sociedade melhor.

Assim sendo, a mudança em processo no Brasil já aconteceu ou está em curso em outros países como Finlândia, Austrália, Portugal, França, Polônia, Estados Unidos, Chile e Peru, tendo sempre como eixo norteador conciliar os modelos de ensino, de maneira que sejam adequados para uma geração cada vez mais sujeita aos estímulos da evolução tecnológica.

Em nosso país, a Reforma Curricular acontece em duas etapas: primeiro, a alteração da base da educação infantil e do ensino fundamental homologada em 20 de dezembro de 2017 e, a segunda na base do ensino médio, homologada em 14 de dezembro de 2018.

Com as alterações colocadas pela nova legislação, o Ensino Médio passa a ser organizado em torno de quatro pilares básicos: a *flexibilização* e *diversificação* do currículo, em oposição às amarras da arquitetura curricular até então vigente (currículo único); a *formação integral* – com destaque ao desenvolvimento das competências socioemocionais, ao protagonismo dos estudantes e à *construção do seu projeto de vida*; a ampliação gradativa da carga horária e, ainda a articulação entre formação geral e educação profissional técnica, além de oportunizar a ampliação da oferta de diferentes trajetórias de formação e a expansão da jornada escolar.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo – CEE/SP aprovou, por unanimidade, o novo currículo para o ensino médio e São

Paulo tornou-se o primeiro estado brasileiro a construir esse novo currículo em consonância ao estabelecido pela Lei da Reforma do ensino médio, sancionada em 2017.

Entrevistas veiculadas em diferentes canais da mídia e na imprensa escrita, o Secretário de Estado de Educação ressaltou a importância do trabalho desenvolvido em 2019 e 2020, na construção do novo currículo alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – a reforma do Ensino Médio, reconhecendo a dedicação e comprometimento de todos os envolvidos.

"Milhares de pessoas podem dizer que são parte desse trabalho. A construção do currículo começou no ano passado, com a escuta de cerca de 140 mil estudantes e 18 mil professores, além de debates por meio de seminários e de consulta pública. O texto final foi escrito por 27 redatores. Sem gente dedicada não conseguiríamos entregar um ótimo documento com tamanha eficiência para toda a sociedade".

"... Mais do que a agilidade em ser o primeiro, São Paulo também promoveu um modelo de boas práticas à risca, com debates em diferentes setores educacionais, muitas revisões, incorporações, edições. No fim, um orgulho para todos os paulistas e um guia que vai alavancar a qualidade da nossa educação."

A estrutura do Novo Ensino Médio compõe-se de uma Base Nacional Comum Curricular (formação geral), estruturada em quatro áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e de Itinerários Formativos, com enfoque nas mesmas quatro áreas de conhecimento da BNCC, e um itinerário com foco na formação técnica e profissional.

Na formação geral básica, os estudantes terão os componentes curriculares divididos em áreas de conhecimento como linguagens e suas tecnologias (língua portuguesa, artes, educação física e língua estrangeira); matemática; ciências humanas e sociais aplicadas (história, geografia, filosofia e sociologia); e ciências da natureza e suas tecnologias (biologia, química e física).

Todos os componentes básicos do currículo estão mantidos e a escolha dos alunos ocorre em relação às disciplinas em que os estudantes desejam se aprofundar. Portanto, todos os componentes importantes estão presentes na formação geral básica e nos aprofundamentos dos itinerários formativos.

O novo currículo paulista deve ser implementado nas escolas públicas e rede particular e, dentre as mudanças, os alunos poderão escolher até duas áreas de conhecimento para aprofundar seus estudos, entre linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas.

A carga horária é formada de 3.150 horas, distribuídas em um período de três anos; sendo que desse total, 1.800 horas são destinadas à formação básica e o restante, 1.350 horas, referem-se aos itinerários formativos que terão um número de horas maior do que a carga mínima prevista na legislação nacional.

Trata-se de uma ampliação significativa no número total de horas, em comparação ao modelo anterior – o mínimo era de 2.400 horas distribuídas nos três anos de Ensino Médio.

O estudante poderá escolher até duas áreas de conhecimento da formação geral (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas) ou da formação técnica e profissional.

De outra parte, as escolas devem passar a oferecer itinerários formativos para os estudantes optarem qual área se aprofundar. As opções deverão ser voltadas ao empreendedorismo, à investigação científica, à mediação e intervenção sociocultural. Essa parte de flexibilidade deve cumprir 40% do currículo, sendo que os outros 60% correspondem à formação básica.

O novo currículo oportuniza 12 opções de cursos – os itinerários formativos, permitindo que os alunos escolham as disciplinas com as quais mais se identificam. Essa flexibilização do Ensino Médio visa garantir aos alunos a possibilidade de escolha de quais percursos deseja seguir em sua jornada educativa.

Como já mencionado, a implementação será de forma progressiva: em 2021 para os estudantes que vão cursar a 1ª série do ensino médio. Em 2022, para os alunos da 2ª série e para a 3ª série em 2023.

Na carga horária referente aos itinerários formativos, o estudante precisa escolher uma ou duas áreas de conhecimento da formação geral para aprofundar seus estudos, ou ainda, a formação técnica e profissional para se especializar. E as escolas devem passar a oferecer itinerários formativos para os estudantes optarem qual área se aprofundar.

Os componentes do Programa Inova Educação também farão parte dos itinerários formativos, com as disciplinas eletivas (educação financeira, teatro, empreendedorismo), projeto de vida (aulas que ajudem o estudante na gestão do próprio tempo, na organização pessoal, no compromisso com a comunidade) e tecnologia e inovação (mídias digitais, robótica e programação).

O paradigma do Novo Ensino Médio, conforme descrito na Deliberação do CEE/SP "*é assegurar que os alunos possam construir saberes e novas habilidades para a resolução de problemas do cotidiano e do mundo real, mobilizando linguagens, raciocínio lógico-matemático, conhecimentos sócio-históricos, científicos, tecnológicos, artísticos e culturais no contexto da sociedade contemporânea, como também tenham competências pessoais como capacidade de trabalhar de modo autônomo, colaborativo, respeitando valores e atitudes éticas e ambientais*".

Como promove uma maior integração de habilidades com os conhecimentos, com ênfase em ações mais efetivas, valorizando os saberes de diferentes componentes/disciplinas, é provável que o BNCC tenha o alcance que objetiva, ou seja, reduzir as desigualdades educacionais.

Embora seja um processo, um caminho a percorrer, talvez possa mitigar parte dos danos e dificuldades enfrentadas nas atividades escolares em 2020, devido à pandemia, na medida em que oportuniza ações mais efetivas e valoriza saberes de diferentes componentes/disciplinas.

Nos dias de hoje, em tempos de Revolução 4.0, não ter concluído pelo menos o ensino médio reduz sobremaneira as chances do indivíduo, conduzindo-o a um processo de exclusão do mercado de trabalho e prevalência intergeracional de pobreza.

É fundamental que a escola possa oferecer um ensino médio mais atrativo e que os alunos tenham aprendizados relevantes que impactem positivamente a produtividade do trabalho Para isso, além de melhorar o ensino de competências básicas, como leitura e interpretação de textos, matemática e ciências, é preciso ampliar o repertório cultural e as habilidades socioemocionais, que os preparem para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE

Diretoria de Projetos Especiais – DPE

Romero Portella Raposo Filho

Gerência de Gestão Estratégica – GGE

Maria Isabel Pompei Tafner

Departamento de Gestão Analítica de Dados e Indicadores – DGA

Hélio Amorim de Oliveira
Jesilene Fatima Godoy (Chefe)
Maria Lúcia de Rezende
Maria Tereza Franchon

Departamento de Processos, Avaliação e Qualidade – DPAQ

Alberto Ishikava
Helia Aparecida de Freitas Bitar
Maria Cristina Amoroso Alves Cunha
Maria Goreti Lucinda
Maria Nicia Pestana de Castro (Chefe)
Octavio Ferraz Brochado de Almeida Filho

Apoio Administrativo

Vanderli Domingues

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO